Ano XI - Nº 4.640

Terça-feira, 10 de Novembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Debate sobre melhorias para os trens do Subúrbio

São dez as estações que compreendem os 13,5 km da ferrovia que liga a Calçada ao bairro de Paripe

Requerida pelo vereador Hilton Coelho (PSOL), a audiência pública reuniu, no auditório do Edifício Bahia Center, anexo da Câmara, representantes da sociedade civil e do Poder Público. Segundo o vereador, "há necessidade de fazer investimentos não só para os passageiros, mas também estimular o transporte de pequenas cargas".

Foto: Valdemiro Lopes



Leia mais na página 3



Foto: 1.bp.blogspot.com

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

CPI dos Maus-tratos apura crimes contra animais na Bahia

Denúncia de extermínio apresentada pela vereadora Ana Rita Tavares é analisado por comissão da Câmara Federal

Fotos: Assessoria da vereadora



A vereadora Ana Rita Tavares (PMB) foi à Brasília, na quinta-feira (5), para participar da sessão ordinária da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) dos Maus-tratos de Animais na Câmara de Deputados. A atividade legislativa teve como pauta o esclarecimento da denúncia do recolhimento e extermínio de cães na Bahia, na cidade de Cansanção, como também a morte do cão Apolo, no mês de junho, pelo tenente da Polícia Militar, Wilson Pedro dos Santos Júnior, em Teixeira de Freitas.

Acompanharam a vereadora o colega do Legislativo de Cansanção, vereador Cirilo Damasceno (PSDC), e a advogada Bruna Holtz, guardiã de Apolo. A sessão presidida pelo deputado federal Ricardo Izar (PSD-SP) contou com a participação do relator Ricardo Trípoli (PMDB- SP), além de deputados integrantes da CPI.

A exibição dos vídeos que registram a violência praticada nos dois casos comoveu os membros da comissão e toda a assistência presente. A prova do crime está nas imagens, além do testemunho prestado pela vereadora Ana Rita, que esteve em Cansanção e presenciou os maus-tratos. O vereador Cirilo Damasceno também foi ouvido na sessão.



A advogada Bruna Holtz, arrolada como testemunha pela CPI, prestou depoimento sobre a conduta criminosa do oficial da Polícia Militar e enfatizou a demora na conclusão do processo disciplinar administrativo da corporação, bem como do inquérito policial em Teixeira de Freitas.

"A periculosidade do agressor deveria preocupar a PM, já que, portando arma de fogo, poderá vitimar outros animais e pessoas. A prova do crime é irrefutável; está no vídeo. Demissão do serviço público é a penalidade aplicável a esse preposto do Estado, covarde e desequilibrado, que põe a sociedade em risco", frisou Ana Rita.

O presidente da CPI, deputado Ricardo Izar, determinou a adoção das providências necessárias ao comparecimento do policial, que não se fez presente, apesar de convocado. O Comando Geral da PM justificou a ausência do policial, que se encontra em gozo de férias.

Audiência pública aborda a situação dos trens de Salvador

A modernização e a extensão do serviço foram debatidas no evento requerido pelo vereador Hilton Coelho

Na tarde de sexta-feira (6), a Câmara Municipal promoveu uma audiência pública para debater a situação dos trens do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Requerido pelo vereador Hilton Coelho (PSOL), o evento reuniu no auditório do Edifício Bahia Center, anexo da Casa Legislativa, representantes da sociedade civil e do Poder Público. O objetivo foi discutir melhorias para o meio de transporte que atende aproximadamente 15 mil usuários por dia.

Morador da região do Subúrbio, Hilton Coelho destacou a importância dos trens para a população local estimada em mais de 600 mil pessoas que, segundo ele, enfrenta limitação na mobilidade por falta de alternativas. Ainda segundo o legislador, é preciso estender o serviço para o Recôncavo e o Sertão baiano como meio de aproveitar o potencial econômico destas áreas através das ferrovias.



Fotos: Valdemiro Lopes

"Precisamos discutir e apontar para os poderes públicos a necessidade de fazer investimentos não só para os passageiros, mas também estimular o transporte de pequenas cargas", salientou Hilton.

Atualmente, dez estações compreendem os 13,5 km da ferrovia que liga a Calçada ao bairro de Paripe. Entre 2005 e 2012, o sistema passou por um processo de modernização que custou R$ 170 milhões ao Governo Federal.



Também apontando a necessidade de ampliar o serviço para o interior, o coordenador do Projeto Verde Trem, Gilson Vieira, acrescentou às reivindicações da sociedade civil a redução do intervalo de 40 minutos para 20 minutos nas saídas dos terminais, a lavagem periódica dos equipamentos e limpeza de trechos da ferrovia. "Além de ser um meio de transporte mais barato, oferece menor impacto ambiental", frisou.

Sob a responsabilidade do governo estadual, os trens do Subúrbio integram as obras de requalificação da região aliados à implantação do VLT (Veículos Leves sobre Trilhos) a partir de 2016. Segundo Hidelson Menezes, da Companhia de Transportes da Bahia (CTB), "o investimento trará conforto e segurança para os usuários".

O projeto de requalificação prevê a ligação com outros pontos da cidade. "A escolha do VLT compreende uma adequação com o espaço urbano. O sistema será eficiente mediante o funcionamento de vários modais, que se encaixem com as comunidades no seu entorno", afirmou o diretor de Planejamento de Mobilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), Márcio Tourinho. Ainda conforme sua apresentação, com a implantação do VLT, o sistema passará a atender 70 mil passageiros diariamente.

Também integraram a mesa da audiência pública: Clóvis Soares, representando o Conselho Regional de Engenharia (CreaBA); Antônio Eduardo Oliveira, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Ferroviário e Metroviário dos Estados da Bahia e Sergipe (Sindiferro); e Dione Guttemberg, representando a Associação dos Engenheiros e Técnicos Ferroviários da Bahia e Sergipe (AELB).

CCJ aprova projeto relacionado ao bairro Barro Branco

Reunião foi realizada na tarde de segunda-feira

Durante reunião na tarde desta segunda-feira (9), a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) aprovou o projeto que autoriza a permuta de uma área para construção de unidades habitacionais no bairro Barro Branco. "A constitucionalidade do projeto foi aprovada e agora ele segue para a Comissão de Orçamento e Finanças", disse o presidente da CCJ, vereador Leo Prates (DEM), destacando outras ações da comissão.



Foto: Antonio Queirós

"Nós também aprovamos o projeto que cria o Conselho da Juventude, com isso limpamos a pauta da CCJ e estamos preparados para futuros debates", disse o vereador. Participaram da reunião os vereadores: Alfredo Mangueira (PMDB); Suíca e Arnando Lessa, do PT; Aladilce Souza e Everaldo Augusto, do PCdoB; Geraldo Júnior (SD); Claudio Tinoco (DEM).

Aladilce sugere tombamento de capela em Itapuã

Monumento do século XVIII possui imagem de São Francisco de Argoin

Por meio de três projetos de indicação apresentados na Câmara de Salvador, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) defende o tombamento da Capela de São Francisco, pertencente ao conjunto arquitetônico do Cemitério Municipal de Itapuã, do século XVIII. As sugestões são dirigidas ao prefeito ACM Neto (Nº 485/15), ao superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia (Nº 486/15) e ao diretor-geral do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Nº 487/15).

A Capela de São Francisco, situada no Alto da Boa Vista e administrada pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, é, segundo Aladilce, "uma das edificações mais antigas da Bahia e um dos templos mais simbólicos do bairro".

Integrante da Frente Comunitária e Parlamentar Mista em Defesa de Itapuã, a vereadora argumenta que a capela está seriamente danificada, correndo risco de desabamento. "Defendo o tombamento considerando a relevância histórica, artística e arquitetônica do monumento", ressalta.

Foto: Assessoria da vereadora



Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Aladilce Souza

História

Segundo historiadores, a imagem de São Francisco de Argoin foi roubada em 1595 do Castelo de Argoin, numa ilha frontal à costa da Berbéria, na África, por piratas franceses, amarrada ao mastro do navio. Acossados pela tempestade, no litoral da Bahia, a jogaram ao mar, julgando-se sob castigo dos céus.

A imagem foi recolhida por Francisco Dias D'Ávila, neto de Garcia D'Ávila, na praia de Itapuã, razão pela qual se mandou erguer a capela para abrigá-la. A Capela foi erguida em alvenaria e apoiada por paredes de pedra.

Vânia analisa estudo técnico de arquiteto sobre PDDU

Conforme Carl Von Havenschild, minuta do texto do Plano Diretor precisa de revisão

A vereadora Vânia Galvão (PT) comentou a análise técnica do arquiteto Carl Von Havenschild, que disse que a minuta do projeto de lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador corresponde a um Plano improvisado. Ao concordar com a necessidade de uma revisão mais apurada do projeto do Executivo, Vânia destacou que, por conta dos conflitos sociais, "não conseguiremos superar problemas econômicos, não desenvolveremos o turismo e os demais setores produtivos".

A vereadora também atentou para as questões sociais. "Se não pensarmos na educação, na qualificação, nas questões raciais e na redução das diferenças na urbanização entre áreas pobres e ricas, não sairemos do lugar", reforçou Vânia.



Vereadora Vânia Galvão

Conforme o arquiteto Carl Von Havenschild, o projeto não atende às condicionantes mínimas das leis federais e municipal. "A maior parte do Plano e a mais essencial são os estudos técnicos, e esta minuta foi formulada sem estes estudos, que devem nortear as discussões", considerou, sinalizando que "o Plano não trata de prioridades e nem de índices de desigualdade".

Metas

Para Havenschild, os estudos técnicos são necessários para assegurar a viabilidade do Plano, definindo as metas de melhorias necessárias. "Simulam cenários, estratégias alternativas para ponderar o que é possível alcançar e como alcançar a médio e longo prazo; sem eles, os legisladores não poderão avaliar a qualidade, sustentabilidade e exequibilidade de diretrizes, ações, prioridades e políticas", considerou.

Conforme explicou o arquiteto, o PDDU tem que dizer o que pode ser feito, em cada local da cidade, com que padrão mínimo de infraestrutura e serviços urbanos e em que condições ambientais. "É preciso identificar os problemas atuais através de indicadores quantitativos e qualitativos e definir metas de melhorias para a sociedade", apontou.

CÂMARA MUNICIPAL

63ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 11 DE NOVEMBRO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

60ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES, estando licenciados os vereadores PAULO CÂMARA e VÂNIA GALVÃO. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 372/15 do vereador Léo Prates, 373 e 374/15 do vereador Luiz Carlos Suica e 375/15 do vereador Luiz Carlos de Souza; e Projetos de Indicação n.s 493 e 494/15 do vereador Luiz Carlos Suica. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Paulo Câmara (3 e 4 de novembro) e Vânia Galvão (4 de novembro). Em seguida, pela ordem, o vereador Kiki Bispo parabenizou a Ouvidoria pela realização da audiência pública sobre os serviços prestados pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), e pediu que o órgão também realizasse convite à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), à CCR Metrô Bahia e à Via Bahia, com o mesmo objetivo. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago considerou excelente a audiência pública realizada, por nela ter sido discutida a contrapartida dada pela Coelba à Cidade. Mencionou questões referentes à tensão de cabos de energia e a transferência do *call center* da empresa para Recife, que tirou empregos de Salvador, e manifestou aquiescência com a realização da audiência sobre a Embasa, afirmando que o vereador Kiki Bispo foi o único edil não-aplaudido na reunião. O Senhor presidente Isnard Araújo pediu que as questões de ordem se ativessem a questões regimentais. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse que a Câmara teria de tomar providências por terem sido comprovados a questão da tensão e o risco para as pessoas, e que a Ouvidoria realizaria as audiências públicas solicitadas pelo vereador Kiki Bispo. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha observou que o vereador Gilmar Santiago se manifestava sem que estivesse usando gravata, assim desatendendo a uma previsão regimental. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo lembrou o esforço havido para modificar o Regimento Interno da Casa, que considerou anacrônico, e afirmou que, reiteradamente, o vereador Gilmar Santiago o vinha desrespeitando, não fazendo uso da gravata. Por fim, ponderou que talvez não tivesse sido aplaudido na audiência por ter falado sobre a Embasa. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago disse ter certa aversão a gravata e lembrou a ideia que teve, em seu primeiro mandato, de criar Projeto para abolir o seu uso, bem como o do paletó, uma vez que Salvador é uma cidade majoritariamente de descendentes de africanos e indígenas, e o traje exigido é uma referência eurocêntrica. Mencionou o Parlamento Africano, onde são usadas batas, e afirmou que reapresentaria o Projeto, certo de que ninguém diria que ele não tem o que fazer, por já ter apresentado diversos projetos importantes. Por fim, pediu que a Ouvidoria também realizasse audiências públicas sobre os serviços das empresas Mega e Revita e do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Salvador (Setps). Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Sílvio Humberto.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

APOSTILAMENTO Nº 09/2015

A **CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR, ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA**, representada pelo seu Presidente, no uso das suas atribuições e com base na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Municipal nº 4.484/92, resolve expedir presente **APOSTILAMENTO** ao **CONTRATO CMS** nº **40/2015, firmado através do PROCESSO CMS nº 01044/2015**, com a empresa **MB ENGENHARIA LTDA - ME**, alterando a o item 1, da **CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO QUE CORRERÁ AS DESPESAS/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Onde lê** 01.031.016.2001 leia-se 01.031.025.1081.

Salvador, BA, 05 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA
Presidente da Câmara Municipal de Salvador

APOSTILAMENTO Nº 12/2015

A **CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR**, representada pelo seu Presidente, no uso de suas atribuições e com base na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Municipal nº 4.484/92, resolve expedir a presente APOSTILA ao contrato CMS nº 035/2015, firmado em 08 de setembro de 2015, com TELA PRODUTORA DE IMAGENS LTDA, objetivando "contratação de empresa especializada de produção, gravação, edição ....", com vistas a alterar a Cláusula Oitava do **CONTRATO**, item 8.1.
Onde se lê:
"A fiscalização dos serviços será exercida pela **CMS**, através da Diretoria Administrativa, **Sr. Jaime José da Silva, mat. 14.282**, que deverá notificar por escrito a **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades ou falhas que venham a ser identificadas na execução do serviço, objeto deste **CONTRATO**".
Leia-se:
"A fiscalização dos serviços será exercida pela **CMS**, através do Diretor Administrativo, **Sr. Carlos Alberto Fagundes Pereira, mat. 14.260**, que deverá notificar por escrito a **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades ou falhas que venham a ser identificadas na execução do serviço, objeto deste **CONTRATO**".

Salvador, 09 de novembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA
Presidente da CMS

RESUMO DE ADITIVO

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 22/2011

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 1228/2011
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	CLARO S/A
OBJETO	Prorrogação da vigência do contrato n° 22/2011.
PRAZO	Prorrogar por 12 (doze) meses, contados a partir de 20 de outubro de 2015.
BASE LEGAL	Art. 58, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e as informações exaradas no Processo CMS nº PR00999/2015.
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R$ 204.493,90 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.000.
DATA DE ASSINATURA	20 de outubro de 2015.
ASSINAM	Paulo Câmara – CMS Naiara Bonfim de Santana - Contratada
TESTEMUNHAS	Marinilda Santos Matheus Caíque B. Nascimento

Suíca quer ações sociais da PM no Alto da Esperança

Segundo vereador, moradores relatam casos de agressões durante operações da polícia no bairro

Os moradores do bairro Alto da Esperança, antigo Pela Porco, pedem mais segurança e respeito durante as operações da Polícia Militar na comunidade. Essa demanda foi apresentada por lideranças do bairro ao vereador Luiz Carlos Suíca (PT) e levada ao tenente-coronel Marcos Antônio Lemos, na manhã de quinta-feira (05).

Durante a reunião, os moradores narraram casos de agressões realizadas por policiais, e pediram ações sociais para conter a violência na região. "Os moradores querem os serviços sociais que a Polícia Militar aplica, como atividades lúdicas, música, teatro e prevenção. Não se pode deixar que as atitudes de uma minoria maculem toda a corporação. Não foi a PM como um todo, foram alguns policiais mal informados que foram lá e fizeram uma abordagem desastrosa, que pode culminar na morte de inocentes. As pessoas precisam ser protegidas, não se pode ter medo da polícia", afirma Suíca.

Foto: Assessoria do vereador



Suíca e moradores do Alto da Esperança reunidos com o tenente-coronel Marcos Antônio Lemos

O tenente-coronel Lemos garantiu que tomará as medidas necessárias para localizar os agressores e investigar os casos trazidos pelos moradores do Alto da Esperança. "A polícia hoje abre as portas dos seus quarteis para que as comunidades possam levar essas demandas. Se não tivermos essas informações não temos como fazer uma polícia mais cidadã. Antes não era possível ter essas reuniões porque as polícias eram fechadas", declara Lemos.

Na ocasião, os líderes comunitários também informaram que vão realizar no dia 11 de novembro, uma assembleia para debater o tema e solicitou a presença de uma representante da PM para acompanhar o processo.

CMDCA apresenta edital no Centro de Cultura da Câmara

Projetos voltados à proteção da defesa dos direitos das crianças e adolescentes serão contemplados

Fotos: Antonio Queirós



Cada projeto terá financiamento máximo de R$ 240 mil

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) apresentaram, na manhã de segunda-feira (9), no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador, o edital de Chamamento Público de Projetos Voltados à Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Salvador.

O edital do conselho vai selecionar projetos de entidades públicas e privadas que, através de programas ou serviços, promovem, protegem, defendem e garantem os direitos de crianças e adolescentes.

O investimento total é de R$ 6 milhões, oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (Semps). Cada projeto terá financiamento máximo de R$ 240 mil para execução em até 12 meses.

As inscrições presenciais serão realizadas entre 17 de outubro e 16 de novembro, na sede do CMDCA, na Ladeira dos Aflitos, nº15, Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h. O edital está disponível no site do conselho.

